

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO 4º OFÍCIO PETRÓPOLIS

ESTATUTO DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO “INSTITUTO CAMINHO DA ROÇA”

Capítulo I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Artigo 1º. Fica constituída neste ato a associação privada “**INSTITUTO CAMINHO DA ROÇA**”, doravante “**Instituto**”, constituída em 07 de fevereiro de 2019, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede na Estrada do Secretário, Km 10, Praça da Feira nº11 Loja-A, Secretário, Pedro do Rio, Petrópolis-RJ, CEP: 25.755-110.

Artigo 2º. O Instituto tem por finalidades principais:

- a) Promoção da assistência social;
- b) Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- c) Promoção de direitos estabelecidos em leis e discussão de novos direitos;
- d) Promoção da cultura e defesa do patrimônio histórico e artístico;
- e) Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- f) Promoção da educação complementar e participativa;
- g) Promoção da saúde e da qualidade de vida;
- h) Promoção da segurança alimentar e nutricional;
- i) Promoção da defesa, preservação e conservação do meio ambiente;
- j) Promoção do desenvolvimento sustentável;
- k) Promoção, incentivo e desenvolvimento de atividades no setor de turismo rural;
- l) Promoção do voluntariado e da cultura do associativismo;
- m) Promoção da arte e da cultura;
- n) Promoção de ações estruturadas para o resgate dos valores humanos;
- o) Promoção de parcerias com os governos federal, estadual e municipal;
- p) Promoção de parcerias com outras entidades associativas;
- q) Promoção, organização e participação de seminários, eventos e congressos afins;
- r) Promoção do comércio justo e solidário;
- s) Promoção de atividades de treinamento e capacitação;
- t) Promoção e captação de projetos com recursos de convênios ou outras formas jurídicas possíveis;

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

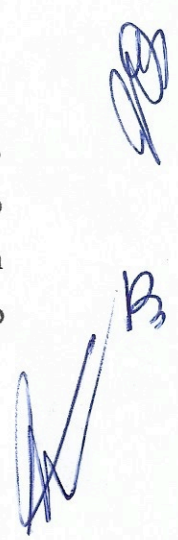
- u) Promoção e disseminação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU para o Planeta (ODS 2030) e outras;
- v) Promoção de Estudos e Pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias alternativas,
- w) Promoção, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.
- x) Promoção de estudos e pesquisas para o desenvolvimento, disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte. (Incluído pela Lei nº 13.019, de 2014);

Parágrafo 1º - Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Parágrafo 2º - O Instituto não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social. (Lei 9.790/99, parágrafo único do artigo 1º)

Artigo 3º. No desenvolvimento de suas atividades, o Instituto observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião. (Lei 9.790/99, inciso I do artigo 4º)

Parágrafo Único – O Instituto poderá aceitar auxílios, contribuições ou doações, depois de examinados e aprovados pela Diretoria Executiva, bem como firmar convênios nacionais ou internacionais com organismos ou entidades públicas ou privadas, contanto que não impliquem em sua subordinação a compromissos e interesses que conflitem com seus objetivos e finalidades ou arrisquem sua dependência. (Lei 9.790/99, parágrafo único do artigo 3º)



Artigo 4º. O Instituto terá um Regimento Interno que, aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Artigo 5º. A fim de cumprir suas finalidades, a Instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias.

Capítulo II – DOS SÓCIOS

Artigo 6º. O Instituto é constituído por número ilimitado de sócios, distribuídos nas seguintes categorias: fundador, benfeitor, honorário, contribuintes e outros.

Artigo 7º. São direitos dos sócios contribuintes, quites com suas obrigações sociais:

- a) votar e ser votado para os cargos eletivos;
- b) tomar parte nas Assembleias Gerais;
- c) frequentar a sede do Instituto
- d) usufruir os serviços oferecidos
- e) manifestar sobre os atos, decisões e atividades do Instituto
- f) acesso a material informativo, biblioteca e demais produtos e serviços

Artigo 8º. São deveres dos sócios:

- a) cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- b) acatar as decisões da Diretoria;
- c) atender aos objetivos do Instituto
- d) zelar pelo nome do Instituto
- e) participar das atividades do Instituto
- f) contribuir com apresentação de propostas para desenvolvimento da instituição,
- g) apresentar projetos e programas
- h) não usar a estrutura para benefício próprio
- i) formar grupos de trabalho independentes da estrutura administrativa, para desenvolver atividades como: serviços de voluntariado, organização de eventos de confraternização, estudos, pesquisas e demais atividades de interesse dos associados.



Artigo 9º. Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos do Instituto.

Capítulo III – DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 10º. O Instituto será administrado por:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria; e
- c) Conselho Fiscal (Lei 9.790/99, inciso III do artigo 4º).

Parágrafo Único – O Instituto pode remunerar seus dirigentes que efetivamente atuam na gestão executiva e aqueles que lhe prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado na região onde exerce suas atividades. (Lei 9.790/99, inciso VI do artigo 4º)

Artigo 11º. A Assembleia Geral, órgão soberano da Instituição, se constituirá dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Parágrafo Único. O Instituto adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios. (Lei 9.790/99, inciso II do artigo 4º).

Artigo 12º. Compete à Assembleia Geral:

- a) eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- b) decidir sobre reformas do Estatuto, na forma do artigo 33;
- c) decidir sobre a extinção da Instituição, nos termos do artigo 32;
- d) decidir sobre a conveniência de alienar ou permutar bens patrimoniais;
- e) aprovar o Regimento Interno;

Artigo 13º. A Assembleia Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano para:

- a) aprovar a proposta de programação anual da Instituição, submetida pela Diretoria;
- b) apreciar o relatório anual da Diretoria;
- c) discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal;

Artigo 14º. A Assembleia Geral se realizará, extraordinariamente, quando convocada:

- a) pela Diretoria;
- b) pelo Conselho Fiscal; ou
- c) por requerimento de 5 sócios quites com as obrigações sociais.

Artigo 15º. A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição e por via eletrônica, com antecedência mínima de 30 dias.

Parágrafo Único – Qualquer Assembleia se instalará em primeira convocação com a maioria dos sócios e, em segunda convocação, com qualquer número.

Artigo 16º. A Assembleia Geral, pode, a qualquer tempo, mediante os requisitos de convocação dispostos nos artigos deste Estatuto, se reunir, para deliberar sobre a admissão e destituição de administradores e sócios. Para tanto, é necessário o quórum de 2/3 dos sócios presentes em reunião.

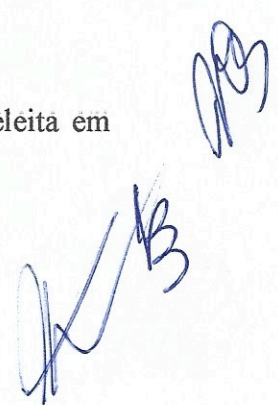
Artigo 17º. A Assembleia Geral, pode, a qualquer tempo, mediante os requisitos de convocação dispostos nos artigos deste Estatuto, se reunir, para deliberar sobre a alteração do presente Estatuto. Para tanto, é necessário o quórum de 1/3 dos sócios presentes em reunião.

Artigo 18º. A Assembleia Geral, pode, a qualquer tempo, mediante os requisitos de convocação dispostos nos artigos deste Estatuto, se reunir, para deliberar sobre a dissolução da Associação. Para tanto, é necessário o quórum de 2/3 dos sócios presentes em reunião.

Artigo 19º. A Diretoria será constituída por um Presidente, um Diretor Executivo e Diretor Jurídico Financeiro.

Parágrafo Único – O mandato da Diretoria será de 4 anos, podendo ser reeleita em assembleia geral.

Artigo 20º. Compete à Diretoria:



- a) elaborar e submeter à Assembleia Geral a proposta de programação anual da Instituição;
- b) executar a programação anual de atividades da Instituição;
- c) elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual
- d) reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum
- e) contratar e demitir funcionários;

Artigo 21º. A Diretoria se reunirá no mínimo uma vez por trimestre.

Artigo 22º. Compete ao Presidente:

- a) representar o Instituto judicial e extra-judicialmente;
- b) cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- c) presidir a Assembleia Geral;
- d) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

Artigo 23º. O Presidente poderá nomear um Conselho Técnico para ajudar no desenvolvimento das atividades do Instituto, sem a necessidade de aprovação dos nomes pela Assembleia Geral.

Artigo 24º. O Presidente e o Diretor Jurídico Financeiro, assinam individualmente ou conjuntamente, cheques e todos os documentos pertinentes ao Instituto.

Artigo 25º. Compete ao Diretor Executivo:

- a) substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- b) assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- c) prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente;
- d) secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral e redigir as atas;
- e) publicar todas as notícias das atividades da entidade.
- f) substituir o Diretor Jurídico Financeiro em sua vacância

Artigo 26º. Compete ao Diretor Jurídico Financeiro:

- a) arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da Instituição;

- b) pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- c) apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- d) apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da Instituição, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- e) conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- f) manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;

Artigo 27º. O Diretor Jurídico Financeiro assina os cheques com o presidente

Artigo 28º. O Conselho Fiscal será constituído por 2 membros efetivos e 1 suplente, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único: O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria;

Artigo 29º. Compete ao Conselho Fiscal:

- a) examinar os livros de escrituração da Instituição;
- b) opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade; (Lei 9.790/99, inciso III do artigo 4º)
- c) requisitar ao Diretor Jurídico Financeiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;
- d) acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- e) convocar extraordinariamente a Assembleia Geral;

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 6 meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Capítulo IV – DO PATRIMÔNIO

Artigo 30º. O patrimônio do Instituto será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública.

[Handwritten signatures and initials]

Artigo 31º. No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social. (Lei 9.790/99, inciso IV do artigo 4º)

a) Caso o Instituto seja de assistência social deve constar no estatuto que o patrimônio será destinado à outra OSCIP com o mesmo objetivo social e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

b) Caso o Instituto seja uma Fundação, esta obrigatoriedade estatutária não se aplica, uma vez que o Código Civil estabelece que as mesmas não se dissolvem, mas são judicialmente extintas.

Artigo 32º. Na hipótese do Instituto obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social. (Lei 9.790/99, inciso V do artigo 4º)

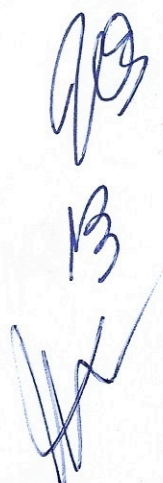
Artigo 33º. O Instituto pode, a qualquer tempo, criar um Fundo Social, voltado ao financiamento de programas e ações de desenvolvimento, geração de emprego e renda, inclusão e promoção social em conformidade com o seu objeto social

Artigo 34º. O Instituto tem como fontes de recursos para a manutenção da Associação: contribuições mensais dos sócios; doações, inclusive por meio de editais; e recursos governamentais em esferas municipal, estadual e federal.

Capítulo V – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 35º. A prestação de contas do Instituto observará no mínimo (Lei 9.790/99, inciso VII do artigo 4º):

- I- os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II- a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade,



incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

- III- a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV- a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Artigo 70 da Constituição Federal.

Capítulo VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 36º. O Instituto será dissolvido por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Artigo 37º. O presente Estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos sócios, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Artigo 38º. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados por Assembleia Geral, ficando eleito o foro da cidade de Niterói-RJ.

1.º OFÍCIO

Janice Caetano Barreto
JANICE CAETANO BARRETO
 CPF no. 791.166.397-15

Petrópolis-RJ, 23 de janeiro de 2023.

Francisco Alair Barreto de Vasconcelos Filho
FRANCISCO ALAOR BARRETO DE VASCONCELOS FILHO
 907.266.187-72

4.º OFÍCIO

2º OFÍCIO PETRÓPOLIS-RJ



José Araújo de Almeida
José Araújo de Almeida
 OAB/RJ xxx.xxx

B

CARTÓRIO 2º OFÍCIO DE JUSTIÇA DE PETRÓPOLIS
 Rua Nilo Peçanha, 54 - Centro - Petrópolis - RJ - CEP 25620-020 - CNPJ: 30.649.768/0001-51
 Tel.: (24) 2103-2106

Reconheço a(s) firma(s) por SEMELHANÇA de PETRÓPOLIS
JOSE ARAUJO DE ALMEIDA.

PETRÓPOLIS - RJ, 02/02/2023.
 EMOL: 7,18 - FETJ: 1,43 - FUNPERJ: 0,35
 FUNDPERJ: 0,35 - FUNARPEN: 0,28 - RESSAG: 0,14
 ISS: 0,36 - Valor: R\$12,57

Em test. da verdade. Conf. por *Danielle*
DANIELLE DOMINGUEZ N Z ALVES - ESCRIVENTE
 Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
 Selo: EEKU19639 QPD

089003AA265619

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO 4º OFÍCIO PETRÓPOLIS

ofício PAULO CESAR CALLERI • Titular Serventia 090720AA764755
Rua do Imperador, 1.040 • Centro • CEP 25620-001 • Petrópolis • RJ
Telefone: (24) 2233-7200 • E-mail: contato@cartorio4oficio.com.br

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
Apres. no dia 02/02/2023, Prot. 49606, Lv. A1
Registro Nº 9191, no livro A-3
PETRÓPOLIS 20/03/2023.

Oficial, Subcrevo e Assinó
Emols: 296,51. Fetj: 59,30. Fund: 14,82. Funp: 14,82
Funa: 11,86. Pmc: 5,93. Iss: 5,90 Selo: 2 48. Total: 421,63.
EEIV 79672 DUC Consulte www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselo



Daniele de Freitas Jorge
Escrevente - Mat. 94/11426
4º Ofício - Petrópolis-RJ

ofício PAULO CESAR CALLERI • Titular Serventia 090720AA778167
Rua do Imperador, 1.040 • Centro • CEP 25620-001 • Petrópolis • RJ
Telefone: (24) 2233-7200 • E-mail: contato@cartorio4oficio.com.br

Reconheço as firmas por Semelhança de:
JANICE CAETANO BARRETO *****
FRANCISCO ALAOR BARRETO DE VASCONCELOS FILHO *****
Emolumentos: 14,36 Fetj: 2,86 Fundperj: 0,70 Funperj: 0,70
Funarpen: 0,56 Pmcmv: 0,28 Iss: 0,76 Selo: 4,96 Total: 25,18
PETRÓPOLIS/RJ, 02/02/2023.

DANIEL MAGALHAES MONTES. Em test. da verdade. Conf.
EELH 63984 FJQ, EELH 63985 INC Consulte www4.tjrj.jus.br/Portal-

